



# NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS

DE REGULAÇÃO DO SISTEMA  
FINANCEIRO NACIONAL

NEASF

RELATÓRIO REFERENTE À 10ª REUNIÃO DO  
NÚCLEO DE ESTUDOS AVANÇADOS DE REGULAÇÃO  
DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (NEASF)

# ABERTURA E COMENTÁRIOS INICIAIS

No dia 19 de março de 2021 ocorreu, excepcionalmente de modo virtual, a 10ª reunião do Núcleo de Estudos Avançados de Regulação do Sistema Financeiro Nacional (NEASF), organizado pelo Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE) da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito Rio).

O objetivo principal do NEASF é contribuir para o aprimoramento da regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), por meio de pesquisas e análises que permitam diagnosticar gargalos e vislumbrar oportunidades de aperfeiçoamento do setor financeiro no Brasil.

O NEASF possui uma composição *multistakeholder*, com a participação de membros da academia, do mercado e do governo. Por meio de debates e mesas-redondas, os seus membros discutem temas relevantes sobre a regulação do SFN, colaborando para uma compreensão mais ampla do setor, das tendências, dos riscos, das eventuais lacunas na regulação e das suas implicações.

O tema escolhido para a 10ª Reunião do NEASF foi “Desafios do parcelamento sem juros no cartão de crédito”. Na ocasião, foi realizada uma sessão única, na qual o tema da reunião foi analisado sobre diferentes enfoques:

- (i) a perspectiva dos adquirentes, da proteção do consumidor e da regulação bancária sobre o parcelamento sem juros no cartão de crédito; e
- (ii) o impacto do parcelamento sem juros no mercado de cartões de crédito, em geral, e para as instituições emissoras, em especial.

# CONTEXTO DA REUNIÃO E RELEVÂNCIA DOS DEBATES

O tema “Desafios do parcelamento sem juros no cartão de crédito” foi objeto da 10ª reunião do NEASF, que ocorreu ainda durante a pandemia do vírus Sars-CoV-2 (Covid-19). Em pesquisa divulgada no primeiro semestre de 2021 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), constatou-se que 66,6% das famílias brasileiras possuem dívidas, sendo o cartão de crédito o principal veículo para a contração de dívidas<sup>1</sup>. Daí a relevância do tema escolhido para a 10ª reunião do NEASF.

O parcelamento sem juros no cartão de crédito é uma modalidade de pagamento diferido no tempo oferecida diretamente pelos varejistas aos seus clientes finais. Nessa opção de parcelamento, o valor da transação é a divisão, em parcelas fixas, do preço final do bem ou serviço, a serem pagas nas faturas do cartão de crédito referentes aos meses subsequentes à data da compra. A denominação “sem juros” decorre de a soma de todas as parcelas resultar em valor igual ao que seria cobrado no caso de pagamento à vista. Assim, ainda que o consumidor demore vários meses para realizar o pagamento completo, em tese, inexistente cobrança explícita ou implícita de juros. Desse modo, por meio do parcelamento sem juros no cartão

de crédito, o emissor do cartão fica com o risco de inadimplemento das parcelas, sem, contudo, definir as características essenciais da operação de crédito (prazo de pagamento e remuneração do crédito concedido).

Apesar de essa forma de pagamento diferido do preço para a aquisição de bens e serviços no mercado de varejo brasileiro remontar à década de 1980<sup>2</sup>, recentemente, essa modalidade de parcelamento<sup>3</sup> vem sendo criticada por gerar ineficiência no mercado de cartões de crédito. Pois as instituições emissoras de cartões de crédito – pela impossibilidade de influir na definição do prazo e da remuneração do crédito concedido ao cliente – não teriam uma remuneração ajustada ao risco das operações de crédito. Por consequência, essa impossibilidade resultaria, em tese, no aumento dos juros cobrados pelas instituições emissoras de cartões, na hipótese em que elas podem influir na definição do prazo e da remuneração do crédito, sobretudo, nas modalidades crédito rotativo<sup>4</sup> ou por empréstimo direto contraído pelo cliente com a instituição financeira emissora do cartão de crédito.

---

<sup>1</sup> Fonte: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-junho-de-2021/363192>. Data de acesso: 08 de julho de 2021.

<sup>2</sup> Nessa época, o uso do cheque como meio de pagamento era mais disseminado do que os cartões de crédito, de modo que eram utilizados vários cheques pós-datados para pagamento parcelado de produtos e serviços. Ao longo do tempo, os cartões de crédito substituíram os cheques como meio de pagamento preferencial no varejo brasileiro. Com isso, a prática comercial de parcelar o valor final de produtos e serviços em várias prestações (representadas por cheques pós-datados de igual valor) foi transferida para o mercado de cartões de crédito, bem como auxiliar na prevenção de práticas ilícitas no sistema financeiro.

<sup>3</sup> Também chamada por participantes do mercado de pagamentos de “parcelado lojista”.

<sup>4</sup> A expressão “crédito rotativo” se refere aos casos em que os clientes deixam de pagar, na data de vencimento, o valor integral da fatura mensal do cartão de crédito e o saldo devedor é somado aos valores das próximas faturas até que o cliente pague integralmente o saldo devedor.

# O PARCELAMENTO SEM JUROS NO CARTÃO DE CRÉDITO SOB A PERSPECTIVA DO ADQUIRENTE

Uma das primeiras abordagens dessa sessão foi o impacto positivo da Lei nº 13.455/2017 por ter autorizado os estabelecimentos comerciais a cobrarem, pela venda de um mesmo produto, preços diferentes em decorrência do meio de pagamento utilizado. No ano de 2018, por exemplo, 46,4% dos estabelecimentos questionados informaram ter concedido desconto no pagamento com dinheiro ou cartão de débito em contraposição ao pagamento com o cartão de crédito<sup>5</sup>.

Sobre os benefícios do parcelamento sem juros no cartão oferecido pelos varejistas (“parcelado lojista”), citou-se a garantia ao estabelecimento no recebimento da transação realizada, ainda que o portador do cartão de crédito venha inadimplir suas obrigações. Nesse sentido, foram abordadas a independência e a incomunicabilidade dos direitos creditórios gerados com base nas transações realizadas por meio de cartões de crédito, os quais se dividem entre o direito creditório do emissor diante do portador do cartão, do adquirente diante do emissor e do estabelecimento ante o adquirente. Foram mencionadas as novas diretrizes sobre o registro e a negociação de recebíveis de arranjos de pagamentos (Resolução BCB nº 72, de 12/2/2021, e Resolução CMN nº 4.888, de 12/2/2021) e como, com base nelas, o registro de recebíveis do estabelecimento poderá ser utilizado num ambiente mais eficiente e mais competitivo de concessão de crédito.

A desintermediação financeira gerada pela concessão direta de financiamento pelo varejista ao consumidor final, por meio do cartão de crédito, também foi mencionada para lembrar que se trataria de um resquício da disfuncionalidade da ausência de competição e do ambiente inflacionário. Isto é, como o estabelecimento necessitava criar meios de venda e consumo, foi induzido ao consumidor que aderisse ao cartão de crédito.

Abordou-se também a importância do parcelado lojista aos consumidores durante a pandemia, pois apenas 16% dos usuários de cartões de crédito conseguiriam adquirir um bem durável se o pagamento fosse à vista. A referida modalidade de pagamento foi utilizada por 75% dos usuários de cartões de crédito no período analisado<sup>6</sup>.

Ressaltou-se ainda que a concepção de que o parcelamento sem juros no cartão de crédito geraria subsídios cruzados seria falaciosa, uma vez que as receitas geradas pelos usuários de cartão, sem contabilizar os juros do rotativo, já são expressivas para os emissores.

Foi apresentado o conceito de subsídio cruzado na estrutura do mercado de cartões de crédito, em que os consumidores que pagam à vista estariam financiando as compras de quem opta pelo parcelado sem juros e, em razão disso, haveria a necessidade de redistribuição dos riscos, que seriam compensados pelo aumento das taxas de

<sup>5</sup>Para mais informações, ver: <https://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2018/03/ri201803P.pdf>. Disponível em 23.03.2021.

<sup>6</sup>Para mais informações, ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/02/11/compras-parceladas-cartao-de-credito-datafolha.htm>. Disponível em 23 de março de 2021.



juros no rotativo. No entanto, foi observado que toda transação feita com cartões de crédito ou débito remunera o emissor por meio da tarifa de intercâmbio incremental e, em particular, pelo capital alocado para a concessão do crédito e parte do risco de inadimplência.

Quanto à similaridade do crédito rotativo com o cheque especial, foi abordado que, apesar de serem serviços bancários sobre os quais se discute a incidência de subsídios cruzados, o uso do cartão de crédito já seria remunerado por meio da taxa de intercâmbio e anuidade. Ao contrário do que ocorria com o cheque especial anteriormente à Resolução CMN nº 4.765/19. Por essa razão, a cobrança de juros elevados no parcelamento se justificava pela necessidade de remunerar o capital alocado. Nessa linha, também foi dito que a demanda pelo crédito rotativo do cartão apresenta baixa elasticidade a juros.

Quanto à elevada taxa de juros do crédito rotativo, comentou-se que a concentração de mercado de crédito para pessoa física era uma das razões de sua existência, pois cerca de 80% desse mercado seria composto pelas cinco maiores instituições financeiras atuantes no Sistema Financeiro Nacional. Desse modo, debateu-se que, na existência de poder de mercado, o preço decorre da elasticidade da demanda, e, em mercados competitivos, o preço é determinado, em grande medida, pelo custo marginal de fato.

Assim, sustentou-se a hipótese de que os altos juros do rotativo do cartão não decorrem de subsídio cruzado gerado pelo parcelado lojista, e sim pela combinação entre poder de mercado e inelasticidade da demanda.

No que diz respeito à possibilidade de troca do parcelado lojista por um modelo em que o consumidor toma o crédito perante

as instituições financeiras, foi dito que essa alteração elevaria muito o custo do consumo por causa das taxas médias praticadas no mercado para crédito pessoal não consignado e antecipação de recebíveis. Lembrou-se, ainda, que a taxa média de juros aplicada ao crédito pessoal não consignado é, aproximadamente, 10 vezes maior que a taxa de juros aplicada à antecipação de recebíveis.

Foi dito que o parcelado lojista tem extrema relevância para o varejo brasileiro e que os altos juros cobrados pelas instituições financeiras inviabilizam que este seja a fonte fundamental de financiamento de bens de consumo, sob pena de forte contração nas vendas.

Como soluções para o cenário do parcelado lojista, foi abordada a necessidade de fomentar a concorrência com a entrada de novos *players* como forma de reduzir o poder de mercado e facilitar a portabilidade de crédito para permitir que os clientes possam levar suas linhas de crédito a novas instituições que ofereçam taxas mais atraentes.

Foi dito que o fluxo de portabilidade de crédito ainda é moroso, que o prazo é alto e o seu descumprimento pelas instituições, aliado à cobrança de ressarcimento do custo operacional (RCO) e à possibilidade de renegociação com a instituição originadora do crédito, acabaria por desincentivar a oferta de opções de portabilidade. Comentou-se também sobre a importância da atuação do Banco Central no incentivo de entrada de novos agentes no mercado de cartões, como as Agendas BC+ e BC#, o PIX, o Open Banking e o Sandbox Regulatório.

Debateu-se que a regulação de travas bancárias na agenda de recebíveis de cartões constante da Resolução BCB nº 72/2021 e da Resolução CMN nº 4.888 de 2021 teria um impacto direto no parcelado lojista, pois o registro de recebíveis e de sua titularidade

garantiria que não existam formas de esvaziamento de garantias de crédito, permitindo, assim, a redução das taxas de antecipação.

Discutiu-se que a ineficiência do parcelado lojista, no tocante à não discriminação do preço à vista do parcelado, tende a ser reduzida ou eliminada em mercados amplamente competitivos, citando como exemplo o impacto que a quarta fase da regulação do Banco Central sobre o open banking poderá ter no mercado de cartões. Tal regulação prevê o compartilhamento de dados de serviços financeiros, como investimentos, seguros, operações de câmbio, previdência complementar aberta e demais informações sobre tarifas e taxas praticadas por cada instituição, o que pode, portanto, trazer mais competitividade a esse mercado. Nesse sentido, foi lembrada a necessidade de se criarem mecanismos de abertura de mercado e construção de infraestrutura que viabilize o

portabilidade de crédito como medidas aptas a reduzir essas ineficiências.

Debateu-se que, nas décadas 2010-20, a inadimplência do crédito rotativo circulou entre 30% e 35% e do parcelado lojista em 2,5% (em média). Entretanto, as grandes variações da taxa de juros aplicadas ao rotativo na referida década não refletiram substancialmente na taxa de inadimplência.

Por fim, foi discutido o risco das instituições adquirentes na antecipação de recebíveis para os varejistas em função da possibilidade de estorno nas transações, por meio de cartões de crédito, sobretudo nas transações realizadas de modo virtual. Comentou-se que o mencionado risco se eleva principalmente em decorrência de fraudes em operações realizadas com cartões de crédito, sobretudo em operações feitas pela internet.

## **O PARCELAMENTO SEM JUROS NO CARTÃO DE CRÉDITO SOB A PERSPECTIVA DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DA REGULAÇÃO BANCÁRIA**

Para análise do tema sob esse enfoque, foram inicialmente discutidas algumas premissas básicas que deveriam ser analisadas para o aprofundamento do tema do parcelamento sem juros, dentre as quais a liberdade de formação de preço que, em nosso sistema, seria garantida pelo princípio da

livre formação de preço, admitindo que os participantes dos arranjos de meios de pagamento tenham liberdade negocial – no que for cabível da perspectiva regulatória – para estabelecer os fluxos de cobrança e pagamento realizados entre eles.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que, nas estruturas típicas do mercado de cartões de crédito, os participantes desses arranjos<sup>7</sup> (em particular os emissores, os credenciadores e as bandeiras) podem estabelecer a cobrança de tarifas entre si como contrapartida para a prestação de determinados serviços, como a Taxa de Desconto (ou MDR – Merchant Discount Rate), que trata de valor cobrado do estabelecimento comercial pela credenciadora (ou adquirente), que corresponde a um percentual das vendas realizadas com o cartão como instrumento de pagamento, e a chamada Tarifa de Intercâmbio, que o emissor cobra do adquirente para a realização da transferência do pagamento do consumidor pelo banco emissor ao adquirente do estabelecimento comercial.

Defendeu-se que o tema deveria ser discutido sob duas ordens: uma de mérito, em relação à cadeia de produção e ao modo como os participantes dos arranjos de pagamento vão precificar os riscos (crédito, inadimplência etc.) ao longo das operações de pagamento e a outra seria uma projeção externa direta ao consumidor, em que há uma discussão mais atual sobre conferir ao consumidor a possibilidade de se fazer uso do “parcelamento sem juros”, que ocorre quando o valor de uma transação é dividido em mais de uma parcela, a serem cobradas em faturas subsequentes.

Nesse cenário, há alguns custos a serem ponderados, como a oferta do meio de pagamento. Nesse sentido, deu-se destaque à redação conferida ao inciso I do caput e ao

parágrafo primeiro da proposta de artigo 54-C, a ser incluído no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) pelo Projeto de Lei nº 3.515/2015 (PL 3.515/15) que, dentre outros, veda, expressa ou implicitamente, oferta de crédito, publicitária ou não, referência a crédito “sem juros”, “gratuito”, “sem acréscimo”, com “taxa zero” ou expressão correlata. Essa vedação é excetuada pelo parágrafo único do mesmo dispositivo, para pagamentos feitos por cartões de crédito<sup>8</sup>.

Foi ponderado que a regra do dispositivo traz um caráter genérico em “oferta de crédito publicitária ou não”. Para o expositor, tal referência poderia direcionar uma interpretação de que a “oferta” não abrangeria apenas a oferta de produtos e serviços, cujo meio de pagamento admite o parcelado sem juros, mas também tudo o que ocorre antes do pagamento. O que se deveria buscar proteger é a informação correta ao consumidor, mas não uma proibição da oferta do meio de pagamento com parcelamento sem juros. Foi dito que uma interpretação como essa poderia retirar do consumidor uma forma de financiamento menos custosa, o que não pareceu, para os membros presentes, ter sido a intenção do legislador. Reiterou-se, ainda, a importância de preservar a autonomia e a vontade das partes na precificação da distribuição de riscos dentro da estrutura de meios de pagamento.

---

<sup>7</sup> Os arranjos de pagamento são o conjunto de regras e procedimentos que disciplinam a prestação de determinado serviço de pagamento ao público aceito por mais de uma instituição recebedora. Os participantes desses arranjos, que processam e liquidam as operações, são os seguintes: bancos emissores ou instituições de pagamento emissoras, subcredenciadoras ou credenciadoras e bandeiras de cartão de crédito, além de bancos e instituições liquidantes e domicílio.

<sup>8</sup> Nota de atualização: depois da 10ª Reunião do NEASF, o PL 3.515/15 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e sancionado pela Presidência da República, sendo então convertido na Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. A referida lei foi aprovada com vetos, de modo que o novo artigo 54-C foi introduzido no Código de Defesa do Consumidor sem o inciso I do caput e o parágrafo primeiro. Mais informações em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14181.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14181.htm) (texto em vigor da lei aprovada) e [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Msg/VEP/VEP-314.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Msg/VEP/VEP-314.htm) (mensagem de veto). Data de acesso: 08 de julho de 2021.

# O IMPACTO DO PARCELAMENTO SEM JUROS NO MERCADO DE CARTÕES

Para a análise do impacto do parcelado lojista no mercado de cartões, foram considerados, inicialmente, três aspectos relacionados com o parcelamento sem juros nos cartões de crédito: i) os projetos de lei em tramitação sobre a redução das taxas de juros do crédito rotativo de cartões; ii) quais as tendências dos movimentos de taxas de juros e os volumes de concessão de crédito na última década e iii) as características pessoais do grau de escolaridade dos tomadores de crédito rotativo.

Sobre o primeiro tema, foram destacados dois projetos de lei em tramitação atualmente no Congresso Nacional que tratam da redução de taxas de juros do crédito rotativo e da prevenção do superendividamento. O primeiro projeto discutido foi o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012<sup>9</sup>, que busca disciplinar o crédito ao consumidor (crédito em geral, não apenas relacionado com cartão de crédito), buscando trazer maior responsabilidade e transparência dos estabelecimentos comerciais para com os seus consumidores.

Outra característica destacada desse projeto de lei seria a prevenção ao “superendividamento” do consumidor, evitando que seja comprometido o chamado “mínimo existencial”, por meio da previsão de formas de conciliação nesses casos e vedação da oferta de crédito sem juros (excepcionando-se, no entanto, como dito acima, no parágrafo único do art. 54-C do PL 3.515/15, as vendas feitas com cartões de

crédito). Segundo o PL 3.515/15, o tomador de crédito apenas poderia comprometer o equivalente a 30% de seu salário líquido mensal para saldar os créditos tomados.

O segundo projeto de lei mencionado é o Projeto de Lei nº 1.166/2020<sup>10</sup> (PL 1.166/20), que restringe os juros aplicáveis ao crédito rotativo e ao cheque especial a 30% ao ano, durante o estado de calamidade decorrente da pandemia do novo coronavírus declarado em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Lembrou-se que, atualmente, os juros incidentes sobre o crédito rotativo e o cheque especial estariam em aproximadamente 280% e 150% ao ano, respectivamente.

Destacou-se, ainda, que, de 2011 a 2020, tanto as taxas de juros aplicadas no Brasil quanto o volume das concessões de crédito rotativo às pessoas físicas (em reais) seguiram paralelos ao longo do corte de período analisado, tendo ambos os índices se comportado de maneira muito similar. Abordou-se, ainda, que na hipótese de redução das taxas de juros, os concedentes de crédito poderiam aumentar a tarifa de intercâmbio para compensar as perdas nas margens de lucro e, assim, haveria uma possível redistribuição na precificação da estrutura do mercado de cartões de crédito.

Ainda quanto à análise das tendências nos últimos anos, outro gráfico verificou a tendência, entre fevereiro de 2012 e outubro de 2020, à concessão de crédito rotativo,

<sup>9</sup> Numeração do Senado Federal para o projeto de lei que tramitou na Câmara dos Deputados sob o nº 3.515/15.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141297>. Data de acesso: 08 de julho de 2021.



parcelado e à vista e apontou que, embora as parcelas destinadas a cada tipo de crédito concedido tenham variado, houve um aumento sensível na média anual de concessão de crédito em geral no Brasil.

Também foram apresentados e discutidos dados públicos disponibilizados pelo Banco Central do Brasil<sup>11</sup>, que correlacionam o grau de escolaridade dos tomadores e o uso de cada tipo de crédito (à vista, parcelamento direto, rotativo regular, rotativo irregular). Tais dados apontam para uma

tendência de que quanto menor o grau de escolaridade do tomador maior seu endividamento, por meio de linhas de crédito rotativo regular e parcelado e quanto maior o grau de escolaridade maior a utilização do crédito à vista e menor a utilização do crédito rotativo.

Por fim, destacou-se a relevância da educação financeira para amenizar o impacto na inadimplência ou no comprometimento do nível de subsistência dos consumidores.

## O IMPACTO DO PARCELAMENTO SEM JUROS NO CARTÃO DE CRÉDITO ÀS INSTITUIÇÕES EMISSORAS DE CARTÕES

Sob a perspectiva das instituições emissoras de cartões de crédito, o tema do parcelamento sem juros no cartão foi analisado sob dois aspectos: i) o contexto histórico do mercado de pagamentos brasileiro e ii) possíveis problemas e soluções. Em relação ao contexto histórico, destacou-se que a sociedade brasileira tem o histórico de firmar contratos de modo informal, sendo citado o cheque “pré-datado” como exemplo. Abordou-se que, apesar de essa forma de pagamento não oferecer às partes (estabelecimento e consumidor) nenhum contrato formal ou garantia de pagamento, o comércio optava, mesmo assim, em realizar a venda a crédito, com o pagamento diferido no tempo. Foi dito como as consultas aos órgãos de proteção ao crédito eram, muitas vezes, o único indicador de que o

consumidor se tratava ou não de um bom pagador, o que influía na confiança de que o crédito concedido seria adimplido posteriormente por ele. Como contraponto, mencionou-se que a quaisquer outras modalidades de concessão de crédito, como as realizadas pelas instituições financeiras, se requisitaria a formalização do ato.

Ainda no que diz respeito ao contexto histórico, foi discutido que, em decorrência do período de hiperinflação brasileira, sobretudo na década de 1980, tornou-se difícil incorporar ao preço e às taxas cobradas a perda referente ao custo inflacionário do prazo entre a compra e o recebimento do repasse efetuado pelo credenciador. Para adaptar o modelo de remuneração à realidade inflacionária, teria sido criada a

---

<sup>11</sup> Fonte: Banco Central do Brasil (BCB). Estudo Especial nº 90/2020. Sensibilidade da demanda à taxa de juros e poder de mercado em modalidades de crédito pessoal com recursos livres. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE090\\_Sensibilidade\\_da\\_demanda\\_a\\_taxa\\_de\\_juros\\_e\\_poder\\_de\\_mercado\\_em\\_modalidades\\_de\\_credito\\_pessoal\\_com\\_recursos\\_livres.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE090_Sensibilidade_da_demanda_a_taxa_de_juros_e_poder_de_mercado_em_modalidades_de_credito_pessoal_com_recursos_livres.pdf). Data de acesso: 08 de julho de 2021.

possibilidade de as credenciadoras serem remuneradas no *float* de 30 dias (D+30). Esse processo, conhecido como *float* bancário, diz respeito à diferença temporal entre a data em que os valores são disponibilizados para a credenciadora e a data em que ela compensa esses valores para os estabelecimentos comerciais. Durante o prazo de 30 dias, para que as credenciadoras compensem os valores das vendas dos estabelecimentos, ela aplica financeiramente o volume de recursos que terá que pagar aos estabelecimentos comerciais.

Foi mencionada, ainda, a alta taxa de impaciência na sociedade brasileira como outro elemento que influencia a aderência ao parcelado sem juros. Essa alta de taxa de impaciência se traduz pela preferência do consumo imediato em relação ao consumo futuro e se manifestaria pela menor disposição da população em poupar. Nesse sentido, foi debatido que, no Brasil, a taxa de poupança privada das famílias ainda era inferior a 20% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, percentual considerado baixo em relação a outras economias com mercado mais desenvolvido.

A baixa educação financeira também foi mencionada como uma das possíveis razões para o surgimento do parcelado sem juros no Brasil, visto que a preferência de consumo é ditada, muitas vezes, pelo valor de cada parcela a ser paga no cartão de crédito, não pelo valor total do bem ou do consumo realizado. Nesse sentido, a alta taxa de impaciência da população brasileira aliada à baixa educação poderia traduzir a aderência ao parcelamento sem juros no cartão de crédito no Brasil e sua propagação.

Comentou-se que o histórico de juros elevados no país também possui influência sobre o parcelado sem juros. Diante do costume da sociedade brasileira em enfrentar juros altos na economia, o tema da taxa de desconto ao preço à vista perde a importância para os consumidores.

E, por último, foi indicado que a baixa competição no mercado de pagamentos favorecia a inexistência de discussão sobre a taxa de juros rotativo do cartão de crédito ou o próprio parcelado sem juros.

Sobre os problemas enfrentados pela existência do parcelado sem juros, foi dito que era necessário que o preço à vista de fato oferecesse um desconto atrativo ao consumidor, para trazer um nível de preços menor no pagamento à vista. Porém, esse movimento de diferenciação de preço deveria ser adotado por lojistas no geral, uma vez que, ainda que na cadeia de consumo, o estabelecimento final ofereça um preço à vista bem abaixo do ofertado para pagamento a prazo ou mediante parcelado lojista, seria apenas uma mera fração de todo um sistema maior de consumo.

Outro ponto levantado foi sobre a manutenção do preço à vista ou a prazo em uma única vez no cartão de crédito em valores iguais ou muito próximos. O que, na prática, resultaria em um tratamento igual ao bons e maus pagadores, pois os juros implícitos nas parcelas seriam iguais para ambos os consumidores. Desse modo, caso houvesse diferenciação entre preços, podendo identificar o valor de juros cobrado sobre o pagamento do produto a prazo, o bom pagador poderia optar, por exemplo, por um empréstimo com juros mais baixos que o praticado pelo lojista quando do parcelamento de sua compra no cartão de crédito.

Também foi discutido o impacto dos subsídios cruzados no mercado de cartões e como eles afetariam o preço dos produtos. Foi dito que as transações realizadas à vista financiariam aquelas feitas por meio de parcelamento por cartão de crédito, e que os juros aplicados ao crédito rotativo regular também financiariam o parcelamento sem juros e, adicionalmente, a inadimplência dos consumidores no pagamento de suas respectivas faturas.

Na seara dos subsídios cruzados, foi debatido que a indiferença de preço à vista e parcelado faz com que boa parte dos usuários de cartões contrate crédito desnecessariamente, podendo, dessa forma, afetar o estoque de crédito disponibilizado a quem de fato precisa. Foi dito que a diferenciação de preços poderia ocorrer por meio daqueles que detêm poder de mercado, de modo a reduzir suas ineficiências.

A perda de “peso morto”<sup>12</sup> também foi apontada como uma das discussões acerca do tema, sendo explicado que poderia ocorrer mediante a distinção entre o valor à vista e o valor parcelado no cartão de crédito, uma vez que, diante das altas taxas de juros cobradas sobre o produto, o valor final ofertado ao consumidor tenderia a fugir do valor ideal que seria praticado em situação de equilíbrio do mercado.

Nesse cenário, foram debatidas as vantagens obtidas por todos aqueles que fazem parte da estrutura do mercado de cartões de crédito. Como exemplo, foi citada a remuneração dos emissores mediante cobrança de tarifa de anuidade e de inscrição nos programas de recompensas, além da taxa de intercâmbio e taxa de juros aplicada ao crédito rotativo.

Relatou-se também que a remuneração das credenciadoras advinha das taxas de desconto aplicadas sobre o valor transacionado para antecipação do fluxo futuro, ao passo que os estabelecimentos eram remunerados pela possibilidade de transações em maior valor. Por último, os consumidores seriam beneficiados pela compra parcelada no cartão de crédito por poder antecipar a aquisição de um produto ou bem de consumo mediante uma concessão de crédito menos burocrática e pelo prazo para pagamento da compra realizada.

Foram discutidas também as possibilidades para obter maior aderência da população ao pagamento à vista e possíveis alternativas ao pagamento parcelado. Foram levantadas questões como a obrigatoriedade na diferenciação de preço na modalidade de pagamento à vista e parcelado e na menção sobre a inclusão de juros no valor do produto quando o consumidor optar pelo pagamento parcelado, entretanto, também foi citada a dificuldade da aplicação dessas medidas pelo regulador e sua adoção pelos estabelecimentos, respectivamente.

Também foi considerado pelos participantes da reunião que maior competição – tanto no mercado de cartões de crédito quanto no varejo – e educação financeira poderiam auxiliar nessa maior aderência pela sociedade brasileira ao pagamento à vista. Foi destacado que a maior incidência de pagamentos à vista ocorreria em grupos de pessoas com emprego formal e maior grau de escolaridade, os quais optam pelo pagamento à vista ou no parcelado lojista e raramente utilizam crédito rotativo.

Foi dito também que cerca de 80% das transações realizadas no cartão de crédito ocorreriam mediante parcelado lojista, o que contrariaria a própria atuação do mercado de crédito, cujas diretrizes determinam que a inclusão de juros seja feita de maneira explícita.

---

<sup>12</sup> O termo “peso morto” é utilizado para designar ineficiências de mercado, isto é, desequilíbrios entre a oferta e a demanda pelos produtos e serviços ofertados.



 **FGV DIREITO RIO**